

Arlindo Manuel Caldeira

# MULHERES ENCLAUSURADAS

As ordens religiosas femininas  
em Portugal durante  
os séculos XVI a XVIII

## Índice

INTRODUÇÃO	11
<i>Capítulo I: O MOSTEIRO IDEAL</i>	15
1. Depois de Trento	17
2. Organização interna	24
3. Além das freiras professoras	31
4. As obrigações quotidianas	35
5. Infracções e castigos	39
<i>Capítulo II: O ESPAÇO CONVENTUAL</i>	43
1. Núcleo central	44
2. Pontos críticos e outras áreas do convento	51
<i>Capítulo III: CASAMENTO OU CONVENTO</i>	61
1. Dote e propinas	64
2. Contexto sociocultural	68
3. Reféns do morgadio	73
4. Por vontade própria... ou quase	79
5. A clausura inesperada	85
<i>Capítulo IV: A PAZ AMEAÇADA DOS CLAUSTROS</i>	95
1. As divisões internas	95
2. Que autonomia?	107
3. A capacidade de resistir	112
3.1. Contra a ingerência nas eleições	112
3.2. Contra a intromissão do inquisidor	120

<i>Capítulo V: O ESTADO PERFEITÍSSIMO</i>	129
1. As religiosas observantes	131
2. O fenómeno da santidade	139
2.1. A «santa da Anunciada»	139
2.2. Santas ou farsantes?	143
2.3. A «freira santa de Beja»	147
3. A criação literária	152
<i>Capítulo VI: O FRACASSO DE TRENTO</i>	157
1. Captura da instituição monástica	158
2. A lição das ordens militares	165
3. Porosidade da clausura	168
4. Disse relaxamento?	172
5. Compensar a secagem afectiva	179
6. Teatro e outras festas	181
7. Desafiar as hierarquias	187
7.1. A revolta das grades	187
7.2. Contra o rigor da clausura	193
7.3. Recusar as reformas	196
<i>Capítulo VII: GALANTARIA NO CONVENTO:                   OS FREIRÁTICOS</i>	199
1. A atracção das grades conventuais	200
2. Uma originalidade portuguesa?	213
3. Freiratismo e literatura: o caso da freira de Beja	218
4. Tentando conter a onda...	222
<i>Capítulo VIII: FRAQUEZAS DA CARNE</i>	231
1. As armadilhas do confessorário	236
2. Os (maus) exemplos dos monarcas e a (má) fama de Odivelas	251
3. Atentados à clausura e à castidade	259
4. Romper a castidade sem romper a clausura	281
<i>Capítulo IX: O DIABO NO CONVENTO</i>	289
1. Formas de possessão colectiva	293

2. Religiosas endemoninhadas	298
2.1 O desespero de Mariana da Coluna	299
2.2 O Diabo na vida de Isabel, Antónia e Francisca	306
2.3 O labirinto emocional de soror Joana	310
<i>Capítulo X: AS FREIRAS À MESA E NA COZINHA</i>	319
1. À mesa do refeitório	323
2. Doces da casa	332
3. Consumo de vinho e de tabaco	340
<i>Capítulo XI: MEDIR A ALTURA DOS MUROS DO CONVENTO</i>	345
1. Saídas temporárias da clausura	346
2. Mudar de convento?	350
3. Deixar a clausura	354
3.1. Por expulsão	354
3.2. Por pedido de anulação dos votos	357
3.3. Recorrendo à fuga	370
<i>Capítulo XII: QUANTOS CONVENTOS, QUANTAS FREIRAS?</i>	379
1. Há números totais?	380
1.1. O contributo de Perinlongue	380
1.2. Tentando uma síntese	382
1.3. As ordens	385
2. A caminho do fim	388
<i>Anexo 1: CONVENTOS E MOSTEIROS FEMININOS EM PORTUGAL c. 1700</i>	395
<i>Anexo 2: TEXTOS LITERÁRIOS SOBRE FREIRAS E CONVENTOS</i>	406
Notas	417
Fontes e bibliografia citadas	437

## INTRODUÇÃO

Nos séculos XVI a XVIII, enquanto os seus irmãos de sangue andavam a habitar o mundo, nas Américas, em África e no Oriente, alguns milhares de mulheres dos estratos superiores da sociedade encerraram-se ou deixaram-se encerrar, até à morte, entre os espessos muros dos conventos.

É impossível que a sua vida não desperte em nós a curiosidade retrospectiva pelos quotidianos singulares que é, não raro, um dos nervos que move os historiadores. A que também não consegui escapar.

Durante mais de uma década, trabalhei sobretudo em temas relacionados com escravizados em emigração forçada para as Américas ou a viver e a labutar duro em Portugal. Foram os acasos da investigação arquivística que, pondo ao meu alcance fontes relacionadas com as religiosas em clausura, me despertaram para este assunto. E, entre escravidão e clausura perpétua até me pareceu, na altura, haver alguma continuidade temática. Continuidade aparente, pois, embora algumas destas mulheres pudessem entrar contra vontade nas instituições monásticas e fossem sujeitas a um processo de despersonalização e a um «sequestro de vontade» que lhes diminuía a capacidade de autonomia, nunca perdiam totalmente a sua identidade, nunca deixavam, apesar de limitadas, de ter capacidade de optar e, primeiro que tudo, o «Senhor» a que se sentiam sujeitas e com quem procuravam dialogar a todas as horas habitava na área do transcendente.

Despertada a minha curiosidade pelo tema, não tardei a procurar informação e respostas na bibliografia que o estudara, primeiro

na de carácter geral, depois nas monografias mais especializadas e, por fim, nos manuscritos de diversos arquivos. E, durante mais de 3 anos, não me faltou matéria para ler e reflectir. E poderia continuar por muitos mais anos, se não soubesse que um livro é um projecto que nunca está terminado. O que apresento hoje é a síntese provisória e possível, neste momento da investigação, de um tema que não tem tido até aqui, julgo eu, a atenção que merecia.

Além de provisória, uma síntese é sempre uma simplificação, em que o particular fica sacrificado ao geral. Tenho consciência de que, apesar de prevenido, deixei pelo caminho uma parte, espero que pequena, da diversidade de conventos e da complexidade da vida religiosa que caracterizam o Antigo Regime e que escapam a todas as tentativas de uniformização. As instituições monásticas, neste caso as femininas, não têm um modelo único e mesmo cada uma delas pode mudar de modelo ao longo do tempo. Quando falo de modelo, refiro-me ao grau de disciplina da vida comunitária, de controlo da clausura e de entusiasmo religioso dos seus membros.

De qualquer forma, é preciso deixar, desde já, dois avisos à navegação.

Primeiro: este livro não é, de forma nenhuma, um estudo de história religiosa, mas sim um trabalho de história social, na frágil intersecção entre a história das mulheres e a da vida quotidiana. Mesmo quando se abordam condutas religiosas, o que me motivou não foi a dimensão de religiosidade em si, mas antes a forma como era vivida e entendida no contexto da sociedade do seu tempo.

Segundo: os conventos femininos que se estudam neste livro têm muito pouco que ver com as instituições correspondentes dos nossos dias, mesmo quando se trate também de monjas contemplativas, mesmo quando mantenham o nome da ordem religiosa e os seus princípios fundadores, mesmo quando se conservem outras coincidências formais ou de circunstância. As instituições posteriores ao início do século XIX estão e estiveram sempre fora da minha grelha de análise. Como tentarei demonstrar nos capítulos seguintes, o carácter de classe (para usar uma linguagem actual) dos conventos femininos dos séculos XVI a XVIII condicionou completamente o seu funcionamento e esteve na origem da crise da instituição, crise que, declarada

no final de Setecentos, levará, umas décadas depois, à agonia e morte oficial deste tipo de congregações. Nessa altura, os conventos femininos de clausura estavam já completamente desfigurados em relação ao modelo que, para eles, tinha sido desenhado, em 1563, no Concílio de Trento.

Diga-se, de passagem, que falar, para os séculos XVI a XVIII, em conventos femininos de clausura é uma redundância. Todos os conventos femininos eram de clausura.

As religiosas dos conventos não tinham qualquer das actividades, por exemplo de carácter assistencial, que costumamos associar às ordens religiosas femininas, o que só começou a acontecer quando foram autorizadas a retomar, em novos termos, a sua acção no país, a partir do final de Oitocentos.

Diga-se, finalmente, que, embora possam ter também carácter conventual, foram ignorados deliberadamente, a não ser em referências pontuais, os chamados «recolhimentos» pertencentes às Ordens Terceiras, porque a sua dinâmica interna e a origem social das religiosas que os frequentavam pouco tinham que ver com as instituições que são objecto deste trabalho.

Esclarecido o que havia a esclarecer, é tempo, como se dizia numa ingénua poesia de Augusto Gil, de «abalarmos para o convento».

A.M.C.

---

Nota: Os termos *convento* e *mosteiro* não são sinónimos, embora, tanto hoje como nos séculos XVII ou XVIII, sejam muitas vezes usados como tal. De forma mais rigorosa, *convento* designa as comunidades religiosas cujos membros pertenciam ou pertencem às ordens mendicantes e *mosteiro* as pertencentes às outras ordens religiosas, particularmente a de Cister. Normalmente, os edifícios dos conventos estavam integrados na malha urbana e os dos mosteiros fora do perímetro das cidades. Ao longo deste livro só se respeitou essa distinção na identificação, quando foi possível o confronto directo com as fontes, de cada uma das comunidades monásticas. No restante texto, por facilidade de comunicação, usaram-se indiferentemente os dois vocábulos.